

SUMÁRIO

ÚLTIMA PROVA.....	11
→ LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ LEI ORGÂNICA.....	13
→ NOÇÕES DE DIREITO.....	16
→ DIREITOS HUMANOS.....	19
→ INFORMÁTICA.....	22
→ CRIMINOLOGIA.....	24
→ MEDICINA LEGAL.....	26
→ GABARITO.....	27
PORTUGUÊS.....	29
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	29
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	30
→ SUBSTANTIVO.....	30
→ ADJETIVO.....	30
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	30
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	32
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	32
→ ADVÉRBIO.....	32
→ CONJUNÇÃO.....	33
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS.....	40
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS.....	41
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	41
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	44
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS.....	44
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.).....	45
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	51
→ CRASE.....	52
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	54
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.).....	55

→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	65
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	68
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	70
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	98
→ GABARITO	103

LEI ORGÂNICA 105

→ LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS	105
→ LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	105
→ GABARITO	108

NOÇÕES DE DIREITO..... 109

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	109
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	109
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	109
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	110
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	110
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	110
→ PODER DISCIPLINAR	110
→ PODER DE POLÍCIA.....	110
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	110
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	111
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	111
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	111
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	111
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	111
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	112
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	112
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	112
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	113
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	113
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	113
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	113
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	114
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	115
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	118
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	118
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	118
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	118

→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	118
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	119
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	119
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	120
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	120
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	120
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	120
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	120
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	121
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	121
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	121
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	121
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP).....	122
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP).....	122
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	122
→ DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DOS SEGREDOS (ARTS. 153 A 154-B DO CP).....	122
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP).....	122
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	123
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	123
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	123
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	123
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	123
→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	123
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	124
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP).....	124
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	125
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	125
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 DO CPP).....	125
→ GABARITO.....	125

DIREITOS HUMANOS.....127

→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS.....	127
→ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).....	127
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	128
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	128
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	129
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	130
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. Nº 65.810).....	130

→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. Nº 4.377/2002)	131
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3	131
→ DEMAIS PROGRAMAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	131
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	132
→ GABARITO	132

INFORMÁTICA 133

→ WINDOWS 10.....	133
→ WORD 2016.....	134
→ EXCEL 2016.....	134
→ POWERPOINT 2016	134
→ WRITER.....	134
→ CALC	135
→ IMPRESS.....	135
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	136
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	136
→ GOOGLE CHROME.....	136
→ OUTLOOK 2016 E 365	137
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	137
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	138
→ BACKUP	138
→ TOPOLOGIAS DE REDES	138
→ DHCP	139
→ HTTP	139
→ CONCEITOS DE CRIPTOGRAFIA (CHAVES, SIMETRIA, ETC.).....	140
→ AMEAÇAS AOS SISTEMAS COMPUTACIONAIS	141
→ TLS, SSL E HTTPS	142
→ GABARITO	142

CRIMINOLOGIA145

→ CRIMINOLOGIA (CONCEITO, OBJETO, MÉTODO, FUNÇÃO, FINALIDADE).....	145
→ EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS (CLÁSSICA, POSITIVA, TERZA SCUOLA)	146
→ TEORIAS CONSENSUAIS (ECOLOGIA CRIMINAL, ANOMIA E ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL).....	146
→ TEORIAS CONFLITUAIS (ETIQUETAMENTO E CRÍTICA OU RADICAL).....	147
→ TEMAS CONTEMPORÂNEOS (NOVA CRIMINOLOGIA)	148
→ GABARITO	149

MEDICINA LEGAL	151
→ PERÍCIAS E PERITOS (CRIMINALÍSTICA)	151
→ LOCAIS DE CRIME	151
→ PROVAS, VESTÍGIOS E INDÍCIOS.....	151
→ MICROVESTÍGIOS E VESTÍGIOS BIOLÓGICOS	152
→ MEDICINA LEGAL (ASPECTOS GERAIS)	152
→ DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS.....	152
→ TRAUMATOLOGIA: ASPECTOS GERAIS E LESÕES CORPORAIS.....	152
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM FÍSICA	152
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM MECÂNICA.....	153
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM QUÍMICA (TOXICOLOGIA MÉDICO-LEGAL)	154
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM FÍSICO-QUÍMICA (ASFIXIOLOGIA MÉDICO-LEGAL).....	156
→ TRAUMATOLOGIA: ENERGIA DE ORDEM BIODINÂMICA, BIOQUÍMICA E MISTA (SEVÍCIAS).....	156
→ TRAUMATOLOGIA: BALÍSTICA FORENSE DE EFEITOS (LESÕES).....	157
→ ASPECTOS GERAIS DA TANATOLOGIA.....	157
→ FENÔMENOS CADAVERÍCOS	157
→ CRONOTANATOLOGIA.....	158
→ DESTINAÇÃO DO CADÁVER (INUMAÇÃO, EXUMAÇÃO, CREMAÇÃO)	158
→ ASPECTOS GERAIS DA ANTROPOLOGIA MÉDICO-LEGAL	159
→ IDENTIFICAÇÃO DE OSSADAS	159
→ IDENTIFICAÇÃO PELA ARCADA DENTÁRIA	159
→ ASPECTOS GERAIS DA SEXOLOGIA.....	159
→ OBSTETRÍCIA FORENSE.....	160
→ PSICOPATOLOGIA MÉDICO-LEGAL	160
→ NECROPSIA: ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS	160
→ NECROPSIA: BIOSSEGURANÇA E CONTROLE DE QUALIDADE	161
→ PATOLOGIA FORENSE.....	161
→ DEONTOLOGIA MÉDICO-LEGAL	161
→ GABARITO	162

NOÇÕES DE DIREITO

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1. (FUMARC – 2021) Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “O interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto participe da Sociedade [...]”.

A partir dessa afirmativa, marque a opção **CORRETA**:

- a) O interesse público não é uma faceta dos interesses coletivos, mas apenas o interesse de um todo abstrato.
- b) O interesse público se constitui no interesse do todo, do próprio conjunto social, mas não se confunde com a soma-tória dos interesses individuais, peculiares de cada qual.
- c) Pode haver um interesse público discordante do interesse de cada um dos membros da Sociedade.
- d) Todo e qualquer interesse do Estado corresponde a um interesse público.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

2. (FUMARC – 2023) O princípio da publicidade, que vincula a Administração Pública dos três poderes e demais órgãos de Estado, determina:

- a) a publicidade como regra dos atos da Administração, permitidas as exceções previstas na Constituição e regulamentadas em lei.
- b) a publicidade como regra, permitidas exceções a critério do legislador mediante norma infraconstitucional.
- c) a publicidade dos atos estatais, desde que reivindicada pelo procedimento legal estabelecido para demandar informações individual ou coletivamente.
- d) o sigilo como regra geral, permitida a publicidade conforme regulamentada por Lei.

3. (FUMARC – 2023) O princípio da legalidade aplicado à Administração Pública na sua relação com particulares proíbe a seguinte conduta:

- a) Aplicação de penalidade administrativa não prevista em lei.
- b) Aplicação de penalidades se a relação entre a Administração Pública e o Particular for de natureza contratual.
- c) Aplicação de restrições ao direito de propriedade, ainda que previstas em Lei.
- d) Correção de ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, cometida pelo servidor no exercício das funções.

4. (FUMARC – 2023) O princípio da impessoalidade proíbe que o servidor público

- a) corrija as ilegalidades que identificar no exercício de suas funções ou de seus subordinados.
- b) recuse o cumprimento de ordens emanadas da Administração Pública, ainda que ilegais.
- c) reivindique individualmente garantias inerentes ao cargo.
- d) use as prerrogativas do cargo para obter vantagens pessoais para si ou para terceiros.

5. (FUMARC – 2022) O direito de defesa é condicionante de validade da decisão administrativa sancionatória. Considerando tal afirmação e sua abrangência no processo administrativo, uma decisão administrativa sancionatória padece de nulidade se a defesa não for prévia?

- a) Não, pois a defesa na via administrativa pode ser posterior à punição.
- b) Não, se houver previsão legal de recurso à primeira instância.
- c) Sim, mas apenas poderá ser reconhecida por decisão judicial.
- d) Sim, pois a garantia somente se perfaz se a defesa for anterior à decisão.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

6. (FUMARC – 2023) A motivação das decisões proferidas em processos administrativos, constitui para o agente que a emita:

- a) Dever legal.
- b) Faculdade.
- c) Livre escolha.
- d) Proibição legal.

7. (FUMARC – 2023) O poder de um agente Público de anular seus atos ilegais e revogar os inconvenientes exige a observância do seguinte requisito:

- a) Autorização legislativa prévia e expressa para cada ato.
- b) Que o agente competente para corrigir a ilegalidade seja diverso daquele que a praticou.
- c) Que o ato sob autotutela tenha causado dano ao erário.
- d) Respeito ao Direito adquirido, na hipótese de revogação.

8. (FUMARC – 2022) Os princípios constitucionais da Administração Pública **se impõem**

- a) à função administrativa do Estado, exercida em qualquer dos três poderes e órgãos autônomos.

- b) apenas à Administração Pública exercida pelo Poder Executivo.
- c) de modo que a impessoalidade não alcança decisões discricionárias.
- d) para determinar a transparência apenas para a Administração do Poder Executivo.
- e) sem a obrigatoriedade do concurso público, norma de status legal.

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

9. (FUMARC – 2022) O _____ é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público. A lacuna na definição acima deverá ser preenchida corretamente por:

- a) ato administrativo.
- b) contrato de prestação de serviços.
- c) fato constitucional.
- d) pacto administrativo.
- e) processo administrativo.

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

10. (FUMARC – 2023) O seguinte elemento do ato administrativo é necessariamente vinculado, ou seja, previsto integralmente em lei:

- a) Mérito administrativo.
- b) Motivos.
- c) Objeto.
- d) Procedimento.

11. (FUMARC – 2023) A competência das pessoas jurídicas, dos órgãos e dos agentes públicos, no âmbito de processos administrativos, é definida:

- a) Apenas em norma administrativa.
- b) Apenas para o âmbito da União.
- c) Em norma legal prévia, ainda que regulamentada por norma administrativa.
- d) Pela autoridade com poder decisório, conforme a matéria.

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

12. (FUMARC – 2022) O atributo de autoexecutoriedade do ato administrativo **EXIGE**

- a) autorização em norma administrativa, ainda que não prevista em lei.
- b) autorização legal expressa.
- c) que o ato administrativo seja emanado do chefe da Administração Pública, Ministro ou Secretário de Estado.
- d) que o ato seja discricionário no que se refere ao objeto.

→ PODER DISCIPLINAR

13. (FUMARC – 2023) Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração,

PORQUE,

nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado. Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) A proposição e a razão são falsas.
- b) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
- c) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
- d) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

14. (FUMARC – 2023) O poder disciplinar inclui a seguinte prerrogativa do agente público competente para exercê-lo:

- a) Aplicação de advertência ou suspensão ao servidor sem defesa prévia.
- b) Aplicação de penalidade administrativa aos contratados da Administração Pública, ainda que não prevista em Lei.
- c) Aplicar penalidades mediante processo administrativo disciplinar.
- d) Demitir, sem motivação, servidor estável, na hipótese de perda da confiança.

→ PODER DE POLÍCIA

15. (FUMARC – 2022) Responde pelo poder de polícia no âmbito do Tribunal:

- a) agente nomeado pelo Presidente do Tribunal.
- b) cada magistrado sobre seu próprio local de trabalho.
- c) cada policial judicial individualmente.
- d) o Inspetor da Polícia Judicial.
- e) o Presidente do Tribunal.

→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)

16. (FUMARC – 2023) Avalie a proposição (1) e a razão (2) a seguir.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o desvio de poder é um vício objetivo,

PORQUE

para sua caracterização, não importa se o agente pretendeu ou não divergir da finalidade legal. Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) A proposição e a razão são falsas.
- b) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
- c) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
- d) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

17. (FUMARC – 2023) A organização de funções da Administração Pública mediante descentralização por criação de pessoas da Administração indireta, exige:

- Atos de registro, independentemente de autorização legislativa, para empresas.
- Criação por lei ordinária para todas as pessoas indiretas.
- Lei autorizadora e registro posterior para qualquer pessoa indireta.
- Lei criadora para autarquias.

18. (FUMARC – 2023) Considerando a organização da Administração Pública Brasileira, possui **personalidade própria** a seguinte espécie de ente administrativo:

- Autarquias.
- Casas legislativas.
- Conselhos deliberativos.
- Secretarias de Estado.

19. (FUMARC – 2022) Em Direito Administrativo, temos um conceito importante sobre uma pessoa jurídica presente no estado brasileiro: a Autarquia. Sobre ela, podemos afirmar,

EXCETO:

- A autarquia é instituída diretamente pela lei, de iniciativa do STF – Supremo Tribunal Federal.
- A autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei e integrante da Administração Pública Indireta.
- A expressão autarquia, etimologicamente, significa autogoverno;
- O IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, é um exemplo de autarquia.
- O objeto da autarquia é o exercício de “atividades típicas” de Estado.

20. (FUMARC – 2021) As sociedades de economia mista e as empresas públicas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública Indireta, se assemelham em vários aspectos, ao ponto de serem abordadas em conjunto por grande parte dos doutrinadores, e, inclusive, intituladas por alguns deles como “empresas estatais”.

Com base nessa informação, marque com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações:

() As sociedades de economia mista e as empresas públicas são criadas com o objetivo de permitir ao Estado a exploração de atividades econômicas, em sentido estrito, admitindo-se, contudo, que tenham por objeto a prestação de serviços públicos.

() Os bens pertencentes às sociedades de economia mista e às empresas públicas são suscetíveis de penhora em sede de ação de execução municada com título judicial ou extrajudicial.

() As empresas públicas e as sociedades de economia mista sempre têm personalidade jurídica de direito privado, qualquer que seja o seu objeto, mas à vista da natureza híbrida, estão sujeitas às normas de direito privado e também de direito público.

() Pelo princípio da simetria, a criação e a extinção das sociedades de economia mista e das empresas públicas dependem de lei específica que autorize.

A sequência **CORRETA** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- F,V,F,V.
- V,F,V,F.
- V,V,F,V.
- V,V,V,F.

→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE

21. (FUMARC – 2022) O servidor público que causar dano a terceiro, no exercício das suas funções, causa a seguinte consequência:

- Dever do Estado de responder pelos danos.
- Dever do servidor de indenizar a vítima e comprovar o pagamento junto ao Estado.
- Obrigaçao do Estado de indenizar a vítima, sem possibilidade de consequências para o próprio servidor.
- Responsabilidade civil, mas sem possibilidade de responsabilidade disciplinar do servidor.
- Responsabilidade disciplinar do próprio servidor, independente de sua culpa.

→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

22. (FUMARC – 2023) Os servidores públicos, em face de agentes políticos, possuem a seguinte garantia:

- Estabilidade no cargo de origem, exceto se investido em função de chefia ou direção.
- Necessariamente, subordinação hierárquica.
- Prerrogativa de se recusar a cumprir ordens ilegais.
- Regime previsto em Lei para as vantagens, ainda que não preenchidos os pressupostos de sua aquisição.

→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS

23. (FUMARC – 2022) Considera-se___o local situado na organização interna da Administração direta e das entidades administrativas de direito público, provido por servidor público estatutário, com denominação, direitos, deveres e sistemas de remuneração previstos em lei. A expressão que preenche corretamente a lacuna do texto acima é:

- Cargo público.
- Condição pública.
- Emprego público.
- Ente público.
- Função pública.

→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)

24. (FUMARC – 2023) A Lei 8429/1992, com as alterações que definem seu conteúdo atual, NÃO caracteriza como improbidade:

- Conduta culposa.
- Conduta de particular.
- Conduta de servidor dos Poderes Judiciário ou Legislativo.
- Conduta lesiva a empresas estatais.